

Guerra de Angola começou antes do que dizem

José Castelo Branco de Moura

Fiz parte da 3ª CCE que embarcou para Angola com outras duas Companhias em Junho de 1960. A 1ªCCE teve como destino Cabinda, a 2ªCCE o Toto e a 3ªCCE Malanje.

Com a previsão de possíveis distúrbios a ser originados pela próxima independência do Congo (ex-belga) privilegiou-se o patrulhamento do itinerário Malanje-Quela-Longo-Camaxilo, por ser o principal eixo de ligação a Luanda.

Durante esses patrulhamentos, fomos nos apercebendo do mal-estar das populações da área da Baixa do Cassanje (Quela-Xamuteba-Milando-Longo) motivado pela violência das condições de vida impostas pela empresa algodoeira Cotonang, ao obrigar a permanência dos autóctones junto das plantações algodoeiras, afastando-as dos seus familiares e agregados habitacionais. E também dos seus queixumes pela exploração dos comerciantes nas trocas comerciais e bem assim das entidades administrativas que os obrigavam a ir para o «Contrato». Destas peripécias fomos dando conhecimento, em relatórios que depois eram transmitidos às entidades de Luanda.

Populares recusam pagar impostos

O mês de Janeiro de 1961 viria a revelar-se o período crítico da Baixa do Cassanje. Em Janeiro de 61 o Soba Quivota recusou o pagamento de impostos ao Chefe de Posto do Milando, dizendo que já tinham o seu Governo.

Em 11 de Janeiro de 1961, um pelotão comandado pelo Tenente Silva Santos, da 3ªCCE, viu-se rodeado de nativos, armados de catanas e canhangulos, com ameaças de confrontos e, somente graças ao bom senso e presença de espírito do oficial, saíram ilesos do encontro.

Em Janeiro de 61, foi morto um capataz da Cotonang e nos bolsos das calças foi encontrado um bilhete escrito por ele mesmo, em quimbundo, dizendo: «Lumumba, a mulher Maria e o filho Pessa mandam que ninguém trabalhe e que só as mulheres podem cozinhar».

Comerciantes alertaram para guerra eminente

Também no mesmo mês se constata que os indígenas se recusam a trabalhar, desertando dos trabalhos agrícolas, paralisando quase na totalidade a exploração algodoeira. Por sua vez os comerciantes vendo os indígenas em constantes reuniões começam a entrar em pânico e a deslocar-se à sede do distrito, Malanje, a pedir a intervenção do governador.

Este, talvez por ser caboverdeano, de cor, vai tentando pôr água na fervura, recusa qualquer intervenção armada.

Por sua vez a PIDE ia fazendo rurgas, informando que o distrito estava altamente politizado, com doutrinadores vindos do Congo fazendo aproveitamento do descontentamento existente na zona algodoeira, e com alguns excessos nessas rurgas ia acelerando a escalada para um confronto, entre as populações negra e branca, que se adivinhava a breve prazo.

Os primeiros tiros

Até que no dia 2 de Fevereiro (o signatário estava, até há pouco tempo, convencido que teria sido a 3 de Janeiro de 1961) – depois de um apelo doloroso de comerciantes da área do Cunda, com conhecimento, destes, que seriam atacados nessa madrugada ou no decorrer do dia, fomos chamados ao comandante da Companhia (o Alferes Mil.º Carvalhão e eu, 2.º Sargento Mil.º). Tendo-nos sido posto ao corrente da situação, o signatário perguntou se se mantinha a proibição de abertura de fogo em caso de confronto. Tendo o mesmo comandante da Companhia entrado em contacto com Luanda, vem autorização para usar medidas dissuasoras, até à intervenção armada em caso de alteração da ordem. Saiu então do quartel um pelotão -, com cerca de 20 militares.

Depois de uma noite debaixo de chuva, chegados à povoação de Quela, deparamos com a estrada cortada com uma primeira paliçada a barrar a passagem. Sendo removida e reconstruído, mais à frente, um ponteco, chegámos ao Cunda-Riabaza, de manhã, onde o pelotão foi dividido em dois

grupos de combate, um comandado pelo Alferes Carvalhão e o segundo por este escriba, Sargento Moura, indo ocupar posições de defesa, em dois pontos estratégicos, em edifícios dos comerciantes brancos.

Depois de instalado o grupo de combate do Sargento Moura, surge pelo sector à sua responsabilidade um grupo de nativos, de algumas centenas, armados de catanas e canhangulos com um feiticeiro na testa da coluna. Dados os primeiros tiros, não se demovendo de continuar a marcha com o intuito de atingir as nossas tropas, quando a segurança começava a perigar, o Sargento Moura deu ordem a um seu soldado, atirador especial, para abater o feiticeiro, tendo-se conseguido com um único tiro de espingarda Mauser.

Só assim o grupo de nativos se pôs em retirada e foi constatado terem deixado no terreno onze baixas (mortos e feridos) vítimas de rajada de pistola-metralhadora. Os feridos declararam pertencer à UPA e teriam sido enganados, por lhes terem incutido que as balas do branco eram como água. Resta acrescentar que mais ninguém do grupo de combate abriu fogo, nem a metralhadora que estava instalada no telhado do edifício. Portanto, não se verificou qualquer massacre, os nossos militares perceberam qual a missão que nos incumbia, era defender a ordem pública sem massacrar. Entretanto a 4ªCCE, partia nesse dia para o Quela, onde tem um confronto com nativos e sofre duas baixas por fogo cruzado das nossas tropas.

Operação Cassanje

A 6 de Fevereiro, dá-se a chegada da 4ª CCE ao Cunda-Riabaza, onde se junta ao Pelotão da 3ªCCE, que quatro dias antes tinha dado os primeiros tiros da Guerra Colonial.

Somente relatamos estes acontecimentos, para que gerações vindouras não sofram, como nós, as mentiras que nos ensinaram, no ensino da nossa História. Nós que a vivemos sejamos dignos delas.